

# Os militares e a sucessão

Informações provenientes de Brasília dão conta de que o ministro do Exército, general Válter Pires, estaria novamente sendo cogitado pelo Planalto como candidato oficial à sucessão do presidente Figueiredo. Rumores semelhantes a este têm circulado com certa frequência no decorrer do presente ano. Desta feita, a fonte citada por nosso colunista Janio de Freitas afirma que, ao contrário das vezes anteriores, o próprio general Pires teria admitido pessoalmente sua candidatura.

Antes de tudo, é preciso mais uma vez manifestar de forma inequívoca o ponto de vista desta "Folha", já assinalado em diversas ocasiões, de que não pode haver discriminação entre cidadãos civis e militares com respeito à disputa de cargos eletivos. No caso específico, não existe, portanto, nenhum impedimento legal ou razão de qualquer outra natureza que possa excluir o direito do ministro do Exército de vir a participar de uma competição democrática. O que está em causa, isso sim, são os métodos que podem tornar esta disputa legítima ou não. E, para nós, não há outro procedimento de escolha que possa reatar os laços entre Estado e sociedade civil afora as eleições diretas.

Mas os objetivos da tentativa de tal lançamento parecem claros. Tratar-se-ia, ao mesmo tempo, de reunificar as forças

situacionistas hoje divididas entre vários postulantes e de embaralhar ainda mais as coisas no campo oposicionista, com a discutível perspectiva consensual que o nome do general Pires poderia oferecer.

Neste caso, o que se deve questionar é esta utilização do ministro do Exército — e do próprio prestígio das Forças Armadas que ele representa — como uma espécie de espantalho político capaz de reaver, para o Planalto, a direção perdida do processo sucessório. Assim, não se tem a impressão de estar diante de um candidato real, mas de uma manobra palaciana urdida em torno de seu nome.

Este quadro destoa frontalmente das repetidas e ponderadas declarações do general Válter Pires acerca do papel atual dos militares na vida nacional, que se volta sobretudo para o seu desengajamento do espaço político e crescente profissionalização.

É de esperar que, fiel como tem sido a esta conduta, o ministro do Exército se pronuncie a respeito, desautorando formalmente o apelo ao seu nome para finalidades que, além de extracastrenses, encaminham-se no sentido de fraudar a vontade soberana dos brasileiros — compartilhada, sem dúvida, por amplos setores das Forças Armadas — de ver restituído o seu direito de eleger nas urnas o próximo presidente.